

Superior de Agronomia se anteviu a colisão entre o horizonte de petróleo e as demais actividades económicas. Até agora, essa lógica excludente não se manifestou porque o petróleo não jorrou. Ao invés, com alguma sapiência, as expectativas da população relativamente ao *cheiro do petróleo* têm sido rebaixadas pelos governantes que falam da necessidade de diversificação económica e social. No que à agricultura diz respeito, o modelo que se vai adoptando não é mais o da extroversão baseada numa monocultura, hoje desvalorizada enquanto plataforma de promoção de desenvolvimento, por, em termos específicos, não parecer compatível com as demandas da sociedade insular e por, em termos gerais, se afigurar desajustada das feições do desenvolvimento económico, científico e tecnológico nos dias de hoje. Também no São Tomé e Príncipe independente, lembre-se, há não muito tempo uma *colónia-plantação*.

Bibliografia sumária

- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1991 – “O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15, Lisboa, CEAA-IICT.
- CLARENCE-SMITH, W. Gervase e RUF, François, 1996 – “Cocoa Pioneer Fronts: The Historical Determinants” in CLARENCE-SMITH, William Gervase (ed.), *Cocoa Pioneer Fronts since 1880. The Role of Smallholders, Planters and Merchants*, London, MacMillan Press Ltd.
- EYZAGUIRRE, Pablo, 1986 – *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University.
- GENOVESE, Eugene D., 1979 – *O mundo dos senhores de escravos. Dois ensaios de interpretação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MANTERO, Francisco, 1910 – *A mão d’obra em S. Thomé e Príncipe*, Lisboa, Ed. do autor.
- NASCIMENTO, Augusto, 2002 – *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*, S. Tomé, SPI, pp. 627.
- _____ 2010 – “O *ethos* dos roceiros: pragmático ou escravagista e, ainda e sempre, avesso à liberdade?” in *Africana Studia* n.º 14, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 141-161.
- SANTO, Armindo Ceita Espírito, 2008 – *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- _____ 2009 – *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri.
- SANTOS, Maciel – “A rendibilidade do trabalho escravo e o efeito tempo – uma hipótese de explicação” in *Africana Studia* n.º 14, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 121-139.
- TENREIRO, Francisco, 1961 – *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Reclamar o futuro... Notas sobre a 13.ª Assembleia do CODESRIA

Augusto Nascimento*

p. 285-298

Há três anos, Obama acabara de ganhar as eleições nos EUA. Em Yaoundé, na 12.ª Assembleia-geral do CODESRIA, aventou-se que o capitalismo cometera suicídio. Já na 13.ª Assembleia, em Rabat, entre 5 e 9 de Dezembro de 2011¹, a certeza não pareceu a mesma, conquanto, a crer na metanarrativa de Samir Amin, não restem hipóteses ao “capitalismo histórico”. Homenageado por pares e discípulos, Samir Amin falou do desafio sem precedentes com que se defronta a geração actual. Em todo o caso, a transformação de monta não será para já, a agonia do capitalismo durará para além das nossas vidas.

Samir Amin traçou uma periodização do capitalismo: a gestação do capitalismo triunfante no século XIX demorou séculos; o século XX já foi de declínio, de que os sintomas foram as revoluções de libertação nacional; o século XXI será o do “outono do capitalismo” imperialista, caracterizado pela generalização do monopólio sobre a economia globalizada. Já não resta actividade económica que escape à hegemonia do monopólio financeiro que controla tudo quanto se produz e vende, mas, em crise sistémica, o capitalismo transformou-se num sistema obsoleto e contestado, por exemplo, pela indignação das ruas, quais revoltas da periferia contra o centro do sistema. A esta assertividade, Samir Amin juntou a comparação com a África de há meio século: os indivíduos com uma visão “realista” achavam impossível uma mudança radical da situação política, que, todavia, foi o que ocorreu. Em Bandung, as periferias concertaram-se e, com papel equiparável ao da Ásia, África teve a audácia de conquistar a independência. Ainda segundo Amin, o trilho socialista percorrido não deve ser subestimado, ainda que tenha sido algo de limitado, o que, adiantou, acontece amiúde.

Presentemente, observa-se uma segunda vaga de assalto contra o capitalismo, com origem na América do Sul. Daí a pergunta: o “outono do capitalismo”, porventura violento, coincidirá com a “primavera dos povos”? Tal será a convicção, fundada na certeza de que o sistema implodirá pelo seu próprio êxito. Crescem os protestos contra os efeitos da financialização mundializada e a insanidade absurda da desigualdade extrema na distribuição da riqueza nos centros e entre centros e periferias. “Com audácia, mais audácia e, ainda, audácia”, África deve ombrear com os outros

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA do ISCTE-IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH-UNL.

¹ À margem de possíveis considerações sobre as inércias institucionais e sobre as relações de poder que nela se cruzam com a produção de conhecimento, cumpre dizer que a Assembleia-geral do CODESRIA é uma montra do muito que em quantidade e em qualidade se faz no continente africano.

povos na contestação deste sistema pugnando pela socialização da gestão económica, pela desfinanciarização da economia e pela desconectação das estruturas imperialistas, recusando, por exemplo, os Planos de Ajustamento Estrutural. Este desiderato de desconstrução do sistema capitalista e imperialista passa por objectivos como a socialização da gestão económica e uma democratização das sociedades a inventar. Tais objectivos implicam a rejeição das democracias associadas à regressão social, nas quais as eleições equivalem a uma “farsa”, como farsa são a “boa governação” e a “sociedade civil”.

Cumprir duvidar de que este seja o sentido conferido às suas acções pelos contestatários, decerto indignados com a iniquidade das diferenças mas não forçosamente adversários de um capitalismo a ruir dentro de um século. As mudanças na produção e na divulgação de conhecimentos tornaram-se factores de evolução talvez mais poderosos do que os efeitos das desigualdades económicas². Afora isso, e a despeito dos estudos de geopolítica, o irrepitível das circunstâncias e os acasos da história tornam o futuro pouco previsível. Decerto não enalhámos no terceiro “modo de produção”, nem chegámos ao “fim da história”, mas, relativamente aos destinos da humanidade, pouco se poderá aventar com relativa plausibilidade.

Lembrar Casablanca

A 13.ª Assembleia do CODESRIA, a primeira na África do Norte, comemorou o cinquentenário da Conferência de Casablanca de Janeiro de 1961, um esforço de Marrocos por uma África livre e una. Ao cabo de um ano em que vários países tinham obtido a independência, mas que assistira igualmente aos inquietantes eventos do Congo, para onde Marrocos chegou a enviar um contingente, em Casablanca reuniram-se os líderes dispostos a lutar por África. Várias vezes se afirmou que a Conferência de Casablanca esteve na origem da cimeira de Addis Abeba em 1963 e da fundação da OUA por 32 estados africanos. Já para alguns, este passo significou o triunfo do conservadorismo e o fim de uma África unida³.

Centrada na relevância do protagonismo de Mahommed V, uma indisputável versão historiográfica atribuiu ao monarca a crença firme numa África para os Africanos e num destino comum. Creditou-se-lhe a oposição ao *apartheid*, ao colonialismo, ao neo-colonialismo, assim como o apelo para a defesa da “dignidade do homem africano”. A declaração de Casablanca comprometia-se com a libertação e a união de toda a África⁴.

Alguns cientistas imputaram responsabilidades ao grupo de Monrovia pela sua preferência por uma cooperação de Estados, com respeito pelas fronteiras coloniais,

² Sem embargo da espoliação das periferias e da acumulação no centro por meio da troca desigual e da perpetuação da dependência, talvez a caracterização das dinâmicas do capitalismo informacional também possa ser útil, cf. Manuel CASTELLS, 2002, *Fim de Milénio*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

³ Para alguns oradores, com essa opção dos “pais fundadores” desapareceu a “unidade africana” e o futuro de África ficou hipotecado ao desenho político e institucional do colonialismo. Sustentou-se que, sem uma África unida, os Africanos não terão o futuro nas suas mãos. Mas perante o ocaso do ideário pan-africanista trocado pelos nacionalismos, importa perguntar de que argamassa política e ideológica se cimentará esse futuro uno adiado há meio século.

⁴ Não sendo um mero evento diplomático, nem um acto de voluntarismo, a Conferência projectou o interesse nacional de Marrocos. Ora, não sabemos se radicalização da política externa de Marrocos não antecipava a aneção do Saara Ocidental, uma expressão concreta desse interesse nacional.

em detrimento de uma verdadeira integração política africana. Por outras palavras, dirigentes que ao tempo falavam em nome dos povos terão evitado não só a unidade política, como até discuti-la, apartados por crenças ideológicas mais poderosas do que a ligação aos povos, diga-se, politicamente idealizados.

Tal leitura requer o contraponto das razões dos então moderados e, evidentemente, a explicação da prevalência da solução gradualista. Lembre-se a própria evolução de Marrocos que, nos anos 80, já se pautava por uma maior contenção. Afinal, entre os Africanos há quem afirme que o nacionalismo – mormente, a sua concretização política após as libertações nacionais – debilitou o pan-africanismo⁵, uma presumida fonte de regeneração política e ideológica a que alguns afirmam querer retornar.

Vários testemunhos apontaram a necessidade de uma África fiel aos princípios de 1961, assim empenhada na procura da democratização, da segurança e do desenvolvimento. Estes enunciados e, bem assim, a carga memorialista e celebratória da evocação de Casablanca não evitaram constatações como, por exemplo, a de que África está mais dividida do que nunca, a que se sucedeu a pergunta “Para onde estamos a ir?” Note-se, a mistura de interpretações com posições éticas e políticas torna tudo lógico. Por exemplo, asseverou-se que os povos têm um desejo de união maior do que o dos líderes e que, a despeito das fronteiras, os Africanos se sentem em casa em qualquer parte de África. Destinadas a assinalar uma fasquia política, tais asserções parecem-me duvidosas⁶.

A vertente comemorativa suscita questões acerca do papel do discurso histórico. Ainda assim, a pulsão comemorativa talvez seja a menor das pressões sobre a historiografia e seus autores, a quem cabem responsabilidades científicas e éticas. Como se verá, os constrangimentos não são de somenos no tocante à liberdade académica.

O devir de África

O século XXI será o de África? A resposta passa desde já pela crise, pelas consequências da globalização e, em particular, pela liberalização dos fluxos financeiros. A nível político, não será menos relevante a ausência de liderança, seja para a criação de sinergias atinentes a responder a problemas locais, seja para escolhas económicas avisadas. Acrescentaria, para respostas políticas para que, em todo o caso, os Africanos ainda parecem tolhidos na sua liberdade.

Há dez anos, África era um continente sem esperança, com estados falhados e profundas anomalias sociais. Entre as “más escolhas”, citaram-se os PAE, em resultado do que, na década de 1980, África passou de exportadora a importadora de alimentos. Actualmente, o avultado investimento na produção de alimentos dirige-se para a exportação, pelo que avulta a insegurança alimentar. Não se registam ganhos de bem-estar significativos em resultado da liberalização do comércio. Ao contrário dos modelos aparentemente lógicos, os capitais não fluem dos países ricos para os pobres. Na circunstância, escorrem de África para os países ricos, nomeadamente através

⁵ É nesse sentido que, por exemplo, aponta Toyin FALOLA, 2004, *Nationalism and African intellectuals*, University of Rochester Press, Rochester.

⁶ A reflexão política de índole mais terrena afigura-se mais frutífera. Considerou-se que os blocos económicos regionais se revelam, não um avanço, mas um obstáculo. Onde está o mercado comum africano previsto no tratado de Abuja? “O balanço não é bom”, considerou um político convidado.

dos empréstimos. Logo, conclui-se que os fluxos de capitais não contribuíram para o desenvolvimento do continente⁷.

Aventou-se que, por efeito da crise na Europa, talvez possa nascer um apreço mútuo baseado nas dificuldades ora experimentadas na Europa e há muito vividas em África, propiciando-se, então, uma resposta comum. Resposta a forjar necessariamente em África, onde há muito a fazer. Por exemplo, faltam acordos comerciais e mercados comuns, facto tão mais relevante quanto África sofre, não com a crise financeira, mas com a crise comercial, concretamente com a baixa de preços das suas produções. A este respeito lembrou-se uma consequência perniciosa da divisão política: a concorrência dos países pelo investimento exterior fragiliza-os. A existir união política, cresceria a grandeza do mercado e África desenvolver-se-ia com base na procura interna. Porém, subsistem problemas sérios no tocante à articulação entre agricultura e indústria. A agricultura foi abandonada e a indústria colapsou. Presentemente, até os orçamentos dependem de empréstimos quando, não há muito, só se requeriam capitais estrangeiros para investimentos. Como se chegou a esta situação e como sair dela?

No plano geoestratégico, após o fim da Guerra-fria, África passou por uma desqualificação. O fim desse afrontamento e as dificuldades económicas sobrevividas nos anos 80 facilitaram a proliferação de conflitos mais ou menos localizados conquanto devastadores. Tal sugeriu a cristalização de um afro-pessimismo. Recentemente, esta predisposição foi substituída pelo afro-optimismo. Os estereótipos já não têm o poder de há anos. Por exemplo, não se negará a mobilização de milhares de crianças-soldado nem os milhões que passam fome. Mas, como foi dito, podendo ser verdadeiras, tais cifras já não resumem África.

Aparentemente, África oferece imensas possibilidades. Entre os seus trunfos, conta-se uma substancial melhoria da situação macroeconómica, conjunturalmente suportada pela instabilidade política no Médio Oriente, de que África se apresenta como alternativa enquanto fornecedor de petróleo. Depois de um elevado número de conflitos nos anos 90, constata-se um abaixamento da conflitualidade, que, todavia, ganha outros tons, mormente o de uma guerra contra o terrorismo ou o fundamentalismo. Pergunta-se, será que não eclodirão novos conflitos onde as assimetrias não foram corrigidas? Em todo o caso, assiste-se à construção de Estados com outras missões para além da de meros aparelhos securitários.

Após o colonialismo e décadas de uma guerra quente, a norte chamada de Fria, é dito que não haverá século XXI sem África, cuja capacidade negocial cresceu. O número de interlocutores a procurar África aumentou⁸, há maior interesse pelo que se pensa e diz em África. Demograficamente, é o único continente rejuvenescido e possui um terço dos recursos. Em suma, várias circunstâncias parecem revalorizar África, escorando as razões da esperança. Independentemente da argúcia da noção, pode falar-se de reclassificação de África. Desde as independências, nunca os países

africanos tiveram um quadro de oportunidades tão favorável. Será que os políticos o vão aproveitar?

A resposta é crucial, até porque África tem de correr quando outros tiveram tempo para caminhar. Correr, não necessariamente para um desenvolvimento modelado pela visão ocidental, que se considerou posta em xeque, antes para um desenvolvimento concebido como acto de libertação, perspectiva que não está em crise. Porém, como evitar o caminho (equivocado, presume-se) que outros tomaram? Tal pressupõe conhecimento, mais conhecimento do que o dos actores de épocas passadas.

Contributo do saber social para as razões da esperança?

Pensar os desafios do século XXI, reinventar o futuro constituiu o lema da Assembleia. Que falta a África? Liderança!, asseverou-se. Para alguns, importa atentar no que pode acelerar a edificação dos Estados Unidos de África. Como é que África terá peso geopolítico se continuar dividida?

Expresso sob várias formas, o diagnóstico apontou como óbice a mentalidade, a qual labora no sentido de impedir a ressonância das vontades para a procura de soluções exequíveis. Firmadas nos avanços do saber social? Que saber social?

Por exemplo, para algumas cientistas, a mentalidade pode ser o que obsta à compreensão da suma importância da igualdade de género e das vantagens da adopção de uma visão feminina de África, isto é, da crucial feminização da política de África, em particular na actual crise.

Os pronunciamentos a favor da equidade de género ecoaram com gravidade militante. Mais ainda vibrou o apelo a uma África governada à medida da mulher africana, idealizada à luz do estrénuo esforço para responder às demandas da vida. Ora, tal esforço resulta da assimetria de género que se quer combatida pela recusa – com base nos ganhos do saber – da naturalização dessa assimetria.

Lembrou-se, a questão da equidade de género não pode ser desvalorizada por força da ideia subliminar de se tratar de uma temática induzida pelo *ocidente*. No entender de uma feminista, tal tema não pode permanecer marginal e, assim, remetido para uma discussão sem mais consequências. Disse-se, o CODESRIA tem de olhar para a teoria feminista como a pedra basilar da teorização científica, afinal, “nós é que damos à luz”. Reivindicou-se a qualificação da questão das relações de género como base do desempenho científico e, presume-se, cívico do CODESRIA⁹, que, curiosamente, passou a ser dirigido por duas cientistas eleitas em Rabat. De permeio com o postulado da fertilidade do pensamento científico enformado pela perspectiva feminista, aventou-se que, a não se abraçar esta perspectiva, se continuará indefinidamente a vincar a necessidade de aprofundar o conhecimento e a lamentar o que não se fez.

Aparte a reclamada proficuidade da teoria feminista enquanto veio de explicação do mundo, sublinhe-se a falta de um balanço dos avanços do conhecimento. Mais do que apresentar estatísticas, importa sopesar os avanços na elaboração teórica ou em tra-

⁷ Para aprofundamento destas ideias, assim como para compulsar material empírico relevante, sugeriu-se a consulta dos sites www.un.org e www.g24.org.

⁸ Considerou-se que agora há mais preocupação e mais discussão sobre África do que alguma vez no passado. O actual quadro político restituiu importância ao continente e aos Africanos, mas tal também acarreta responsabilidades acrescidas aos produtores de saber e aos políticos. Por exemplo, questionou-se porque é que prevaleceu o silêncio sobre Kadhafi e sobre o facto de “outros terem resolvido, como resolveram”, um problema que era “nosso”, africano.

⁹ Para além de um seminário anual sobre género, o que não é de sobras, merece menção o livro de Abdessamad DIALMY, *Vers une Nouvelle Masculinité au Maroc*, publicado em 2009 em Dakar, pelo CODESRIA, que estava à venda numa das livrarias de Rabat. Dir-se-ia, tal livro é significativo da pretensão de diálogo com uma sociedade onde, não obstante a pluralidade das atitudes e dos comportamentos no espaço público, se advinham veios conservadores e avessos a discutir qualquer masculinidade ou a questionar o que se interiorizou como natural.

balhos empíricos e suas consequências quer na renovação do conhecimento, quer na tão almejada interação com a sociedade. Só assim se aferirá o impacto da difusão do saber, no limite, da veiculação à sociedade do que se pensa serem as atitudes políticas e cívicas decorrentes do labor científico.

Falou-se de imaginação para ousar alterar paradigmas e gizar as respostas apropriadas para os problemas dos Africanos, mormente para a recriação ou refundação das instituições políticas, conquanto, com invariável pendor emblemático, se tenda a apelar ao passado africano. Porventura estaremos perante um discurso mais político e menos científico do que seria de esperar?

A África do Norte

Um dos painéis focou as mudanças sociais e políticas na África do Norte. A leitura de Samir AMIN sobre o Egípto revelou-se previsível. Os acontecimentos foram explicados pelo processo de implosão do sistema capitalista mundial. Samir AMIN aludiu à submissão de Sadat e Mubarak ao imperialismo, agora travestido de mundialização. Em Janeiro de 2011 abriu-se uma nova vaga, cuja duração ninguém sabe prever. Samir AMIN não hesitou em apodar a Irmandade Muçulmana de reacçãoária e em considerar as eleições como um passo da estratégia imperialista de manipulação e de repressão dos povos, de momento protagonizada por Obama. Para os que lutam, a legitimidade advém de continuar a luta contra a pretensa legitimidade eleitoral.

Sem embargo da devida homenagem a uma vida devotada às causas dos povos em busca da sua *primavera*, a discrepância entre os lemas anti-imperialistas e as múltiplas e, certamente, desconhecidas motivações das pessoas na praça Tahrir é indubitável. O que fará sentido para os actores das convulsões políticas, a implosão do sistema imperialista mundial ou a liberdade e a dignidade do trabalho com que se acode às necessidades e desejos do dia a dia? Mesmo que ao historiador ou ao cientista social cumpra descobrir significados para além de epifenómenos, a verdade é que a valia simbólica – cujo significado e implicações muitas vezes apenas se intui e quase nunca se avalia cabalmente – de alguns actos é que serve de detonador de processos de mudança com consequências mais ou menos profundas e, o mais das vezes, imprevistas.

A interpretação de Frej STAMBOULI apresentou-se mais próxima do sentido que certamente as pessoas conferiram às suas acções. Porque é que, apesar de indicadores macroeconómicos favoráveis ao longo de décadas, a Tunísia assistiu à revolução de 14 de Janeiro? Entre as causas da primeira revolução no mundo árabe, com fragoroso impacto na região, STAMBOULI citou a incapacidade de lidar com o desemprego elevado e a disparidade entre regiões. A inspirar a *revolução do jasmim* estiveram a liberdade, a dignidade, a justiça e os direitos humanos, valores que, representando uma conquista da modernidade universal, estão inscritos na cultura muçulmana.

Ainda segundo STAMBOULI, não foi por acaso que a identidade árabe-islâmica, a cultura e a civilização se fizeram presentes nas eleições de 23 de Outubro, as primeiras livres e transparentes na história tunisina e algo de raro no mundo árabe. A polarização do debate em torno da identidade constituiu uma armadilha para os modernistas, que acabaram vencidos nas eleições.

Na sociedade tunisina, assim como noutras vizinhas, a elite dominante está culturalmente dividida entre um sector mais moderno e outro mais islamizado. Realçando o imperativo de evitar fissuras, perguntou: será a Tunísia saída destas eleições capaz de promover uma sociedade aberta e um Estado democrático, articulando-se com o mundo? A este desígnio opõem-se factores internos e externos. A estrutura da sociedade continua frágil e fracturada, mormente no tocante aos códigos normativos. Cristalizada, a herança histórica muçulmana não logra pôr-se em compasso com o mundo, bloqueando, por isso, a emergência de uma sociedade livre e aberta. Às dificuldades internas juntam-se as do contexto regional e internacional, deixando antever um futuro difícil, que STAMBOULI espera ver resolvido com êxito.

Conquanto susceptíveis de uma síntese semelhante, os desafios no Egípto apresentam outros contornos. No país da *revolução de lótus*, 60% da economia é informal. O exército consome parte substancial do orçamento e escora um Estado securitário. Há anos, Mubarak terá avisado os políticos de esquerda que teriam sempre de se defrontar com o exército ou com a Irmandade Muçulmana, apoiada na caridade, imbricada com a economia informal e, acrescentou-se, falando em nome de Alá. À menção ao crescendo desta movimentação popular, rara, contrapôs-se a da oportunidade para os extremistas radicais, supostamente de inspiração religiosa, cuja acção poderá, ainda assim, ser contrabalançada pela oposição das forças laicas¹⁰.

Ao olhar exterior, tal afigura-se mais um desejo do que uma plausibilidade. Como agir em sociedades plurais e, na circunstância, fracturadas? Como tecer consensos políticos mínimos que sirvam a todos e a cada grupo? Tais são, entre outras, questões para as quais parece não haver resposta, nem tempo para a procurar, atento o contexto de turbulência política e social.

Perante tais impasses, suscitaram-se dúvidas acerca do valor das ciências humanas. Por exemplo, a propósito do historial e da valia heurística dos conceitos políticos *importados*, considerou-se que democracia designava uma forma de Estado e não uma prática popular, que democratização não era forçosamente igual a ocidentalização e que o Estado democrático gerava sempre oligarquias. Importava, isso sim, pensar na

¹⁰ Marrocos não foi objecto de um escrutínio comparável. Mas tento-me a rascunhar breves notas de impressões colhidas nas ruas. Independentemente da incógnita aberta pela recente vitória dos islamistas, Rabat apresenta-se como uma terra de pluralismo de atitudes. E de manifestações, cinco em sete dias, três delas em frente ao Parlamento, com um aparato policial muito menor do que em cidades europeias. Tais manifestações indiciam o imbricado da pluralidade política e social e das dificuldades económicas de sociedades em mudança. Muitos marroquinos sentenciarão que o rei teve um papel notável na modernização de Marrocos, trajectória aparentemente bem aceite e valorizada nas ruas. Provavelmente em razão dos movimentos populares na região, o rei conduziu uma reforma constitucional, tendo prescindido de muitos poderes. Omnipresente, não tem intervenção directa na condução política. Ora, o mesmo povo que louva o rei parece, de alguma forma, ter votado contra ele – numa capa, uma foto do líder partidário eleito e do rei tinha como legenda “o que tinha de acontecer, aconteceu” –, porquanto votou islamitas que, embora moderados, se situam, a crer num jornal, entre a charia e a modernidade e que, de alguma forma, poderão ser tentados a cercear o pluralismo da vida quotidiana, a menos que o pragmatismo ou o peso simbólico de uma figura sacralizada funcionem como um travão a pulsões hegemónicas no sentido de reintroduzir a proeminência da religião no espaço público e na governação.

Um marroquino expatriado, que se identifica com a liberdade e, na circunstância, com o rei, avança: “pois não queriam a democracia? Aí têm...” Por razões muito diversas da visão de uma esquerda sobre a democracia enquanto fantochada, este marroquino trocaria a democracia pela modernização, pela liberdade individual – que decerto não compreende a de questionar o rei, item de que ele prescinde de bom grado – e pela pluralidade de modos de vida.

Podemos inferir que a liberdade outorgada na esfera do privado e do público, conquanto limitada na esfera da política, previne colisões numa sociedade em mutação acelerada, onde alguns, talvez muitos, ficam inevitavelmente marginalizados por essa mutação. Até quando este equilíbrio prevalecerá?

política das massas que as induzisse a agir para além do “local” a que tinham sido confinadas, assim se refazendo a relação entre Estados e indivíduos.

Perguntar-se-á, o “local” não é o que está inscrito nas mentes das pessoas, não é o que parece conferir segurança, previsibilidade e sentido às suas vidas, mesmo se, para o olhar distante – por exemplo, de um cientista politicamente motivado –, não representa senão as peias com que o comum das pessoas se constringe na sua acção cívica e na sua participação política?

Reportando-se às vitórias dos islamistas, alguns lembraram a sua ligação à economia informal e apresentaram-nos como sinal da tremenda força da identidade. Daí a questão: se, embora compondo uma percentagem substancial da população, os islamitas fazem parte da “reação” (no dizer de um dos presentes, o Islão reaccionário aceita a democracia de fachada e o capitalismo causador da regressão social), para onde vai este movimento popular?

Não se devendo esperar respostas às interrogações sobre a Tunísia e o Egipto, ficou não só uma certa expectativa frustrada relativamente aos prognósticos sobre as possíveis rupturas ou vias de composição de interesses, como também sobre a incapacidade de auto-interrogação suscitada por eventos que, para muitos não seriam sequer concebíveis. Com efeito, se a 13 de Janeiro alguém alvitrasse a necessidade de democratização da região, provavelmente seria criticado pelo seu viés (ocidental...) que o impedia de perceber que a arquitectura política espelhava moldes culturais diversos, etc., etc, tal o argumento que, aparentando subtilidade teórica, se vem a revelar também desfasado da realidade porque ideologicamente contaminado.

Como se aventou, não se interpretará capazmente a história e, em especial, os eventos recentes, sem a reintrodução do peso do elemento imaterial na equação do mundo. Evidentemente, queda em aberto a definição e o *modus operandis* de normas, de valores e de ideais no tocante ao devir de África, em particular, na passagem da era nacionalista (de que se esbate a memória) para a presente era da indignação, na qual, por exemplo, a noção de soberania nacional perde, no confronto com a de direitos humanos ou com a realidade das mudanças climáticas, parte da carga imperativa de outrora.

Uma conclusão imediata diz respeito à produção científica. As revoluções no norte de África perturbaram os analistas políticos, obrigando a desconfiar de ideias feitas e a olhar com atenção as sociedades desta e de outras regiões. Mas não é isto o que se recomenda há décadas? Não estando imóveis, longe disso, como podemos ter a sensação de estar sempre no mesmo ponto ou, até, de termos ficado para trás?

A situação das ciências sociais, as Universidades e a liberdade académica

Com base no relatório de 2010 da UNESCO, a situação das ciências sociais em África foi também explicada pela confluência de factores como a prevalência da pobreza e de doenças, as desigualdades, os conflitos, as mudanças económicas e a crise, a que crescem as crenças e as culturas¹¹. No actual contexto, que não ajuda ao diálogo das

¹¹ Independentemente da pluralidade das situações, sou tentado a seguir SACHS na desvalorização da alardeada resistência às mudanças fncada nos traços culturais (SACHS, Jeffrey, 2005, *O fim da pobreza. Como acabar com a pobreza nos próximos 20 anos*, Companhia das Letras). Julgo que a apetência pela mudança pode ser muito mais

ciências com a sociedade e os políticos, sublinhou-se a necessidade de equacionar a transformação estrutural da sociedade global, o que, evidentemente, redimensiona os desafios apostos às ciências sociais.

Actualmente, a produção científica pauta-se pela fragmentação em domínios e subdomínios, a que importa contrapor maior interdisciplinaridade. A outro nível, a produção de âmbito local responde a demandas locais, mas queda invisível para o mundo. Citou-se a vantagem da partilha para ultrapassar a divisão de tarefas científicas, por exemplo, entre a produção de teorias no *ocidente* e o seu uso na recolha de dados em África. Para além desta divisória entre tarefas com conotação desigual¹², explicável pela trajectória histórica reflectida na primazia e em maiores recursos alocados no Ocidente à investigação e à divulgação¹³, a questão interessante parece ater-se à pretensão *ocidental* de colocar a objectividade do discurso científico acima da cultura, o que aumenta a clivagem entre a produção científica, dita ocidental, e, na circunstância, a africana. Ora, a olhar-se para o método científico como parte da cultura, a questão da objectividade ganharia outra dimensão e a divisória tornar-se-ia menor. Sem dúvida. Porém, por mim, enfatizaria a tendencial correlação entre descentração e objectividade sem, em contrapartida, deixar de valorizar a pertença a uma “cultura” para a ponderação de vectores eventualmente despercebidos ao escrutínio externo. Estas questões deveriam ser discutidas à margem da afectividade política e outra relativamente aos objectos de estudo, elegendo o sentido crítico como o azimute da produção científica. De outra forma, dificilmente se ultrapassarão as dificuldades individuais, grupais e institucionais (para já não falar das teóricas), assim se amputando o valor das ciências sociais para o diagnóstico da mudança, para propor respostas, para, parafraseando um orador, articular o saber fazer e o saber ser, uma premência particularmente sentida pelos intelectuais de África.

operante do que, à primeira vista, se infere da etnografia das culturas e das idiosincrasias sociais. Aqui e além, tende-se a sobreestimar a resiliência de traços culturais, por vezes indevidamente encarados como repositórios de valores a preservar pelos sujeitos etnografados. Nalgumas situações, a invocação da tal resiliência acobertará intuítos políticos conservadores e, até, uma (implícita) justificação da diferença de estatuto de intelectuais e de políticos face ao comum da população.

¹² Ou, para nos atermos a uma realidade tipicamente colonial e hoje já ultrapassada, a clivagem entre informantes e produtores de conhecimento sobre África e os Africanos.

Diga-se, condicionalismos económicos – entre eles, a procura de uma vida digna, quando não da própria subsistência – também explicam a divisão de tarefas entre, por um lado, a colecta de dados empíricos e, por outro, a elaboração de textos (divisão também prevalente em universidades do Ocidente e, desde há anos, replicada em universidades africanas). Em todo o caso, as possibilidades de superação desta divisão no trabalho científico são certamente mais amplas do que noutros domínios da vida económica e social.

Também por esta circunstância me parecem despiciendas formulações como a de que “a hegemonia ocidental nas ciências sociais está a ser posta em causa”. Que paradigmas, teorias ou esquemas interpretativos, conotados com interesses políticos serôdios, estejam caducos, parece indesmentível. Mas não julgo que se avance muito com críticas baseadas em lemas denotadores de uma consciencialização política de antanho. Aliás, é significativo que os comentários de circunstâncias menos auto-investidos de propósitos panfletários tenham realçado o cerco às ciências sociais nos países africanos, onde a liberdade académica é objecto de luta diária.

¹³ Neste particular, perfilam-se assimetrias que não afectam só os Africanos. Tais assimetrias decorrem quer da eleição do inglês como língua franca da produção científica, quer da indexação de publicações segundo critérios que, podendo não ser absurdos, por vezes se apresentam como tais.

O CODESRIA anunciou ter em vista a constituição de um sistema de indexação do Sul, que contaria com um parceiro asiático e com o CLACSO, da América Latina. Trata-se de um domínio onde, menos do que um desafio à imaginada propensão hegemónica subjacente à indexação do ISI, se impõe a denúncia da subjectividade de um sistema de indexação engendrado de uma perspectiva unilateral, se não sobranceira, pelo menos ingénua.

À margem destas considerações, é indesmentível o empobrecimento das publicações em África (por exemplo, FALOLA, *ob. cit.*), uma das razões pelas quais intelectuais africanos expatriados e outros não as procuram para publicar a sua produção.

Por exemplo, apelou-se a reformas das universidades que as capacitem a corresponder às demandas sociais¹⁴. Se este designio passa, ou não, pela aventada construção de uma nova epistemologia das ciências sociais – depois de “descolonizadas”, termo corriqueiramente usado – e pela sua mobilização para gizar políticas públicas em favor dos Africanos, já será uma outra discussão¹⁵.

Apesar da evocada tradição milenar de Tombuctu, as universidades africanas não se posicionam entre as primeiras universidades do mundo¹⁶. Em si mesmo, tal objectivo é de alcance muito relativo, mas, conforme se afirmou, as universidades africanas não proporcionam saber orientado para os problemas locais, constatação dolorosa porquanto a educação superior era um elemento-chave dos projectos nacionais.

Hoje, os constrangimentos políticos laboram contra o trabalho teórico. O engajamento político dos intelectuais acabou por lhes cercear a criatividade, na medida em que julgaram ser seu dever estar ao serviço de políticas em prol do povo que, na realidade, favoreceram os dirigentes. E, não obstante, a relação com os poderes tem sido tortuosa. Em muitos países africanos prevalece um caldo de cultura contra as vozes independentes, logo, contra as universidades. Amiúde encaradas como alfobres de oposicionistas, as universidades acabaram por ser decapitadas¹⁷. Em países com regimes militares e totalitários, a luta pela Universidade tornou-se numa luta pela democracia, não raro contra tendências autoritárias no seu próprio seio.

Mais recentemente, o ajustamento às necessidades do mercado funcionaliza-as e retira-lhes autonomia, ajudando a limitar a profundidade da reflexão política e social inerente ao conhecimento. A par de constrangimentos económicos, avultam as pressões sobre a liberdade académica, seja através da nomeação de reitores políticos sem auscultação da comunidade académica, seja por via de reformas impostas, cujo fito, não declarado, se resume a cercear a liberdade académica¹⁸. Em África, é assaz comum a falta de diálogo entre governantes e as comunidades académicas.

Advogou-se a necessidade de uma reforma estrutural da Universidade que arraste a aberturas e a mudanças na sociedade, cabendo às universidades ser um modelo para as sociedades. Contudo, perguntar-se-á: hierarquizadas e submetidas a designios políticos, as universidades não serão, ao invés, o espelho da superficialidade da

democracia e da liberdade? A ideia de que a democracia e a liberdade se tornaram uma aquisição é, a meu ver, ilusória.

Aliás, talvez seja menos por corporativismo do que pela carga política (e afectiva) que a discussão das universidades e das ciências sociais mereceu destaque. A da liberdade académica é fundamental em si mesma e enquanto parte da questão mais ampla da liberdade política nas sociedades africanas.

De inspiração pan-africanista, o CODESRIA desfruta e luta pela liberdade académica. Simultaneamente, o CODESRIA é sinal do difícil enraizamento da actividade científica em vários países. As propensões de vários políticos revelam-se contrárias à emancipação e à cidadania da investigação e do saber social. A Declaração de Kampala sobre a liberdade académica foi adoptada por uma ínfima minoria de estados africanos. Os ataques à liberdade académica – em muitos casos, já de si contida – prejudicam o funcionamento das universidades.

Contra a permanente ameaça à liberdade académica, referiu-se que o exercício da responsabilidade pelos professores faz avançar e consolidar essa mesma liberdade. Sem dúvida que a responsabilidade social da liberdade académica passa pela responsabilidade e pela coragem de a defender.

As ameaças podem ser variadas, desde as de violência física contra pessoas determinadas até às mais subtis como o não financiamento ou a manipulação da inveja social contra os académicos. Um caso emblemático, relatado na Assembleia-geral, é o do Malawi, onde em Julho morreram 20 pessoas em manifestações. Entre a população do Malawi, os universitários são conhecidos pela sua resistência pela liberdade académica. “Em África podemos lutar por princípios”, foi dito. Talvez se possa inferir que a luta foi vencida – com a readmissão dos professores que tinham sido despedidos – graças ao ambiente de contestação generalizada à governação do país¹⁹.

A memória destas lutas pela instituição académica permitirá ligar gerações na defesa dos direitos políticos e cívicos nas respectivas sociedades. Na verdade, parece-me mais virtuoso assentar nesta meta da cidadania do saber – que dialogue com a problemática mais geral da liberdade dos indivíduos, com a qual, praticamente desde as independências, os governantes africanos lidaram mal – do que persistir na condenação das remniscências danosas da epistemologia *ocidental*²⁰. Afinal, não é a invocada hegemonia dos paradigmas ocidentais, nem são os resquícios da alienação colonial que impedem os académicos de ter protagonismo social. Ao invés, são os governantes que se mostram avessos ao progresso e à independência do saber.

¹⁴ Curiosamente, autoridades universitárias de Marrocos expuseram uma pauta de modernização algo diversa do tom militante patente no curso dos trabalhos. A Universidade marroquina foi descrita como uma instituição no cerne da globalização, norteada pelo ensino em língua estrangeira, voltada para o mercado e com ligação a empresas, debruçada sobre questões de desenvolvimento, aberta à colaboração entre o Norte e o Sul. Acrescentou-se ainda que a Universidade procura ser um lugar de excelência onde os valores éticos têm o seu lugar.

¹⁵ Nesta linha, apelou-se, por exemplo, a uma renovação teórica e temática conducente ao estudo de África na longa duração, a saber, antes de 1880. Tal permitiria refundar África a partir de um novo paradigma do Estado e formular uma proposta de federação dos Estados africanos. Outro orador, saltou da constatação de que os dirigentes africanos viraram as costas às ciências sociais para o repto da formulação de uma carta africana das ciências sociais distintas das dos *ocidentais*.

¹⁶ Foi dito que, apesar do aumento do número de universidades, estas ainda não satisfazem a procura, conquanto já não ostentem a qualidade de outrora. Não se consegue melhorar as universidades se os intelectuais mais reputados se expatriam, pelo que se instou à criação de incentivos para fixar os académicos africanos.

¹⁷ Neste particular, a tão vituperada recomendação paternalista e racista do Banco Mundial, segundo a qual em África só se carecia de uma formação básica, convergiu com designios de governantes pouco amigos do debate livre.

¹⁸ Foi afirmado que a ofensiva autoritária no domínio da gestão se prende com o fito da imposição das ideias neo-liberais na condução das universidades. Cumpre lembrar que ofensivas autoritárias – por vezes, bem mais constrangedoras da liberdade dos académicos – ocorreram em regimes autoritários de coloração dita progressista e em nome do povo.

¹⁹ Jessie Kabwila Kapasula referiu que o apreço pela sua liderança na contestação à intromissão governamental na universidade foi traduzida pela expressão “esta é um homem”. Embora denotadora de admiração e apreço, esta expressão remete para a interiorização de assimetrias de género que só a acção continuada e consequente em prol das mulheres poderá reverter.

²⁰ Contra o pendor militante, pergunta-se: porque é que a homogeneização de África pelos ocidentais é encarada como um viés determinado pelo passado colonial e, já entre os Africanos, não se cultiva a diferença, clamando-se, amiúde numa base voluntarista, por uma unidade que ignora, por exemplo, os interesses estratégicos das potências regionais, as diferenças ideológicas e políticas entre os indivíduos e, ainda, os dispares desejos das populações das ruas? As múltiplas situações e actuações desmentem a visão reducionista dos Africanos como um só sujeito, diga-se, um eco de lemas militantes que, a seu modo, replicam o paternalismo dos ocidentais.

A democraticidade no CODESRIA

A ciência não depende de democracia ou de votos, que não conferem razão nem iluminam os significados a desvendar nas realidades estudadas. Mas a afirmação, logo na primeira sessão, de que o CODESRIA é uma das instituições mais democráticas de África suscitou risos entre os presentes, decerto de aprovação e, a seu modo, indicativos do contraste entre o CODESRIA e o comum das instituições no continente. Previsivelmente, tensões políticas ecoam no CODESRIA. Porém, por entre as divergências e a composição de interesses próprias de qualquer instituição, parece prevalecer a democraticidade²¹. Aliás, esta foi um ponto de honra para Sam Moyo, provado aquando da sua conferência.

Presidente cessante do Comité Executivo do CODESRIA, Sam Moyo começou por referir que a visão dominante sobre a reforma agrária no Zimbabwe a encara como um processo, primeiro, induzido e controlado por um poder centralizado em busca de legitimidade e, segundo, em benefício de alguns “bandidos” da ZANU-PF. Sam Moyo contrapôs que a reforma agrária foi um movimento de base, desencadeado por uma premência urbana e rural por essa meta política. A ZANU-PF teria inicialmente contido e reprimido essa mobilização e, só depois, dirigido a ocupação de terras, a qual, por isso, não teria sido determinada pela ZANU-PF e por Mugabe. Da sua pesquisa, Sam Moyo retirou ilações no tocante aos requisitos da abordagem do Zimbabwe, a saber, pesquisa empírica empenhada e uma visão compreensiva da formação do Estado, dos antagonismos de classe e da experiência adquirida na luta. Para ele, a pesquisa evidencia que os temas dominantes, enformados pelo neo-paternalismo do *ocidente*, são ilógicos e inúteis para a compreensão do que se passou no Zimbabwe.

A delimitação do enfoque da comunicação não evitou uma acesa discussão, de que um dos protagonistas foi Moeletsi Mbeki. Assaz ásperas, várias críticas versaram a desvalorização das consequências de um tal processo, diga-se, de alguma forma despolitizado e retratado como se tivesse ocorrido num hermético ambiente laboratorial. Mbeki referiu que, em resultado da reforma agrária, 3 milhões tinham abandonado os lares, milhares de pessoas tinham sido maltratadas e mulheres violadas. Como num estado neo-fascista, pessoas tinham visto as casas destruídas por votarem na oposição. Então como falar de uma mudança progressista? As críticas interpelaram igualmente a consciência dos cientistas aparentemente conformados com uma apresentação indulgente sobre o Zimbabwe. Ora, o CODESRIA não podia ser um fórum de propaganda da ZANU-PF.

Se, com Moyo, anuíremos que o mercado não basta como mecanismo indutor da reforma agrária, por tender a favorecer a expropriação em vez da almejada redistribuição da terra, a amplitude da violência política e as respectivas repercussões no Zimbabwe e na região não podem ser ignoradas, mesmo numa comunicação centrada na eferverscência social no terreno como ignição do processo de alteração da estrutura da propriedade fundiária.

A alguns pareceu que Sam Moyo apresentara argumentos científicos e que a resposta de Mbeki se perfilava como anti-científica e anti-democrática, até com o quê de ofen-

²¹ A democraticidade não elimina as paixões, as quais, se por um lado impelem à inquietação intelectual, por outro, toldam o discernimento por via da politização do saber. Em todo o caso, a democraticidade fáculata, a quem a aproveite, um ganho com a possibilidade de ponderação de opiniões diversas.

sivo. Das várias intervenções de tom variado e antagónico, uma referia-se à necessidade de uma interpretação dos dados empíricos que relacionasse a movimentação descrita com o ambiente político, mormente com as incidências negativas da reforma agrária. Outro orador, citando os milhões de expatriados e o imperativo democrático de “estar ao lado dos povos”, recusou que as ciências sociais pudessem servir para defender Mugabe e convidou Sam Moyo ao escrutínio crítico dos seus argumentos. Ainda para outro orador, o debate evidenciou as dificuldades e as contradições no continente, as quais tinham levado séculos a resolver no ocidente. Foi dito, as contradições – com implicações nas construções do nacionalismo e da democracia – são de tal ordem que já não se consegue defender as populações. Numa altura de muita dor, como defender, em nome do nacionalismo, o neo-patrimonialismo causador de desigualdades, de pobreza e de sofrimento? Aflorou, pois, a inquietação de cariz político e ético em torno do desempenho das ciências sociais.

Provavelmente, a aceitação de uma ou de outra das posições não se baseará somente na ponderação dos fundamentos teóricos e dos dados empíricos compulsados. Alguns inclinar-se-ão mais a atender à sua proximidade afectiva com um dos contendores do que a sopesar a evolução política do Zimbabwe. Mas o ponto é que, por entre vários sentimentos, prevaleceu a pluralidade de opiniões sobre um tema que, importante para a região, concretamente, para a África do Sul e a Namíbia, divide, conquanto pareça não quebrar, uma comunidade institucionalizada e democrática como é e pretende ser o CODESRIA. É indubitável que nas sessões sobre temas actuais, apaixonantes e, por via disso, fracturantes se deu espaço para interpelações polemizadoras.

Pensar e reinventar o futuro

Na sessão de homenagem a Samir Amin²², subordinada ao tema *Pensar e reinventar o futuro*, Elísio Macamo explicou as dificuldades em pensar o futuro. Segundo ele, até devido ao próprio vocabulário das ciências sociais se torna difícil imaginar África como diferente do passado do presente europeu, como se, afinal de contas, prevalecesse a ideia de que a Europa é o culminar da história. Subsiste, pois, a dificuldade de inventar outros futuros. Para Macamo, afigura-se imperioso olhar a história dos conceitos, cujos significados não foram competentemente explorados. Para os Africanos, o propósito devia ser o da consciencialização do processo pelo qual certas ideias se impõem, conferindo aparente inteligibilidade aos conceitos e ao mundo mas tornando-se, no fim, numa espécie de prisão.

Tais alvíres parecem sugestivos. Mas a tradução deste propósito para a produção de conhecimentos, de conhecimentos com incidência prática e, ainda, para a indução da mudança social afigura-se assaz difícil, desde logo pelo desajuste de valores espelhado na inquietação de um cientista: como fazer arraigar as ideias generosas

²² Samir Amin falou uma vez em projecto americano para o Médio Oriente, mas a sua explanação focou as assimetrias entre centro e periferia geradas pela evolução do capitalismo histórico. Porém, a alusão de um cientista à derrota da América suscitou alguns aplausos, facto que não mereceria menção não fosse a circunstância de tais aplausos indiciarem uma redução simplista da análise de Samir Amin que, independentemente da sua discutível conformidade com a realidade, não se reduz a uma visão maniqueísta e diabolizadora. Tal vale por dizer que uma afectividade difusa perpassa pelas investigações, o que não seria forçosamente negativo se tal não tivesse implicações na eventual propensão para as reduzir a convicções de outrora, fundamentadas em agravos passados contra África e contra os Africanos, convicções que, ao arripio do lema da Assembleia, talvez não abram portas para o futuro.

(supostamente as dele ou da comunidade ali presente...) nas populações de forma a se viabilizarem processos políticos de matiz diverso dos actuais?

Ainda no domínio da produção científica, lamentou-se a escassez de trabalhos de índole prospectiva, decerto por causa de dificuldades decorrentes dos ambientes políticos, institucionais e sociais de que se parte, mas, acrescentaria, também do que há de surpreendente no curso da história (não que não se possam desenhar tendências para prazos concebíveis, mas tais tendências poderão não se confirmar). Seja como for, enumeraram-se os desafios para África, a saber, desenvolvimento, democracia, paz, desarmamento e direitos do homem e demandou-se aos cientistas uma contribuição para um mundo mais justo e sustentável.

Estreitando o espaço para os ideais, o presente do futuro chama-se *crise*. A *crise*, que não apenas a económico-financeira, demanda reflexões mais profundas sobre as relações no mundo, como, por exemplo, as de Souleymane Bachir Diagne sobre o universalismo emancipador de Leopold Senghor, de modo algum equiparável a eurocentrismo. Para Senghor – acerca do qual Souleymane Diagne vaticinou que a justiça do tempo o reporá no panteão dos homenageados pelos Africanos –, a verdadeira libertação consistia na capacidade de integração das múltiplas identidades. O multiculturalismo é um facto do mundo²³, sentenciou.

Na sequência da sua exposição, inquiriu-se em que bases se devia construir uma racionalidade africana. Lembrou-se que, diferentemente dos anos 50 e 60, em que os filósofos e os historiadores foram chamados a ter uma palavra, hoje nem os Africanos falam de filosofia africana. “Capitulámos?”, perguntou-se.

Diga-se, a presumida desvalorização do conhecimento e dos seus autores não será uma especificidade de África. Mas a aparente perda de distinção política e social dos produtores de conhecimento não significará necessariamente a diminuição do peso do conhecimento na orientação das opções políticas, mesmo se a roda livre da política – refém do imediato, mediatizada e, por vezes, quase irracional –, assim o sugere.

Diferentemente do sucedido há décadas, a proeminência política e social não será a recompensa para os cientistas de hoje e de amanhã. Mas não será por isso que o conhecimento deixará de ser fulcral, ao menos para assinalar as insuficiências das escolhas políticas que importam a África e, convém frisar, também ao mundo.

Rabat e Lisboa, Dezembro de 2011

²³ Na circunstância, Souleymane Diagne precisou que só o facto de não ter sido realmente implementada permitiu que recentemente se dissesse na Europa que a política do multiculturalismo falhara. Registe-se, ainda, a anotação de a Europa se ter separado do seu universalismo.

Álcool em África: Uma bibliografia da literatura secundária, 1993-2011

José C. Curto*
Simon Heap**

p. 299-316

Em 1989 e em 1994-1995, os autores desta contribuição publicaram separadamente duas bibliografias sobre o álcool e suas múltiplas utilizações na África, tanto em períodos históricos como contemporâneos.¹ Com a maturidade dos estudos sobre o álcool na África e temas relacionados, pareceu-nos oportuno compilar esta nova listagem para atualizar as ditas bibliografias.

Os últimos 15 anos têm evidenciado um número crescente de estudos sobre a temática em foco no continente africano. Demais, esta recolha tem-se desdobrado sobre questões mais amplas que anteriormente. Os novos estudos analisam temas não só económicos ou relacionados com produção, como também questões culturais, de género e de etnicidade. Assim sendo, não é nada surpreendente que a própria história do álcool em África tenha ultimamente ganho alguma notoriedade entre os estudos africanos em geral.

Com a listagem que segue, fica evidente o novo contexto em que se produziu a nova vaga de estudos sobre o álcool em África. Sendo a África o epicentro do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), um número significativo de pesquisadores em ciências sociais e ciências da saúde tem examinado as conexões entre a utilização do álcool e os riscos crescentes de infecção pelo VIH.

O Álcool em África – Bibliografia dos últimos 15 anos

- ABBINK, G. J.
‘Competing Practices of Drinking and Power: Alcoholic “Hegemonism” in Southern Ethiopia’, *Northeast African Studies*, 4(3), 1999: 7-22.
- ADELEKAN, M. L., NDOM, R. J. E., MAKANJUOLA, A. B., PARAKOYI D. B., OSAG-BEMI, G. K., FAGBEMI, O., and PETU. A. O.
‘Trend Analyses of Substance Use among Undergraduates of University of Ilorin. Nigeria, 1988-1998’, *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 1(1), 2000: 39-52.

* York University, Canada.

** University of Oxford.

¹ J. C. Curto, ‘Alcohol in Africa: A Preliminary Compilation of the Post-1875 Literature’, *A Current Bibliography on African Affairs*, 21(1), 1989: 3-31; S. Heap, ‘Alcohol in Africa: A Supplementary List of Post-1875 Literature’, *A Current Bibliography on African Affairs*, 26(1), 1994-95: 1-14.